

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

PROJETO DE LEI

Nº: 062/2014

ASSUNTO: Autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP.

AUTOR: Executivo

DATA: 26/05/2014

Foram digitalizadas 15 páginas, incluindo esta capa, em 06/02/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

*CIDADE DOS PROFETAS



Oficio n.º PMC/SEGOV/274/2014

Exmo. Sr. Adivar Geraldo Barbosa Presidente da Câmara Municipal de CONGONHAS/MG LEITURA EM PLENÁRIO Assunto: Encaminhamento. Reunião Ord CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG Senhor Presidente análise e votação dos Senhores Vereadores, o Projeto de Lei que "Autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP, na importância de R\$400.000,00. ensejo renovamos nossos protestos de apreço e consideração extensivos aos ilustres pares. Atenciòsamente, N Lúcio de Souza Coimbra Secretário Municipal de Governo

္ကုိ ခြဲႏို PROJETO DE LEI I		(A	હો:\ <u>ૄ</u>	
APROVADO EM		ISCUSSĂ	O E VÓTA	LOS
CONTR	ÁRIOS	- V)-	_ BRAN	cos
CAMARA MUNIC	HPAL DE	CONGO	NHA8 -	NG
	- 13 3 . 1	\$.		*
19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 1	12056435	, TE	•	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

Autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição, no presente exercício, na importância de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP, com base nas consignações orçamentárias da Administração Direta e Indireta.

	, was a since of the contract		
ENTIDADE	FINALIDADE		VALOR TOTAL
Consórcio Púl	lico Manutenção das atividades de remoção	de	R\$400.000,00
Intermunicipal de Saúd	e do pacientes - UTI-		٠
Alto Paraopeba – CISA	P. A. M. Callery States		

- Art. 2º A instituição somente terá direito do beneficio desta Lei, se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.
- Art. 3º A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeterse-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 23 de maio de 2014.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO Prefeito de Congonhas

PROJETO DE LEI Nº 062 12014

APROVADO EM LÍMICO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

VOTAÇÃO 10 FAVORAVEIS ___ NULOS

01 CONTRÁRIOS ___ BRANCOS

CAMARA MUNICIPAL DE CONSONHAS - MG

PRESIDENTE

Comerce Minimum of Charles 1437.

Recommon charles 15:3.4

Recommon charles 15:3.4

Assinatern de la stansave

Juliano Resende Cunha



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

JUSTIFICATIVA



Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Trata o presente Projeto de Lei de autorização para repassar recurso financeiro na importância de R\$400,000,00 em complementação ao já autorizado pela Lei 3.364, de 12/03/2014 para o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba — CISAP, cujo objetivo é a manutenção das atividades de remoção de pacientes — UTI móvel,— visando garantir assim, melhores condições de deslocamento para realização de exames, consultas especializadas e demais atendimento à saúde, conforme Plano de Trabalho.

O repasse atende às exigências dispostas no art. 26 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e também à Lei n. 3.289, de 18 de julho de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014, na Seção VIII, arts. 29 e seguintes, trata da matéria rélacionada às condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Certos da aprovação do Projeto de Lei em questão manifestamos nossos agradecimentos e, no ensejo externamos todo nosso respeito e consideração aos membros dessa Egrégia Casa.

Aprôveitamos para manifestar aos nobres Edis nossa admiração e estima.

Congonhas, 23 de maio de 2014.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO Prefeito de Congonhas



Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeta MUNICIPA

rundado em 2//05/199/
CNPJ. Nº. 02.401.218/0001-83 - INSC. EST. ISENTO - Insc. Mun. Nº024.230
Av. Prefeito Telésforo Cândido de Rezende, 389 A - 203 - 2º Andar
Conselheiro Lafaiete - Minas Gerais - CEP 36.400-000
email: cisap@viareal.com.br
Tel/Fax (31) 3763-5796



PLANO DE TRABALHO							
1. DADOS CADASTRAIS							
ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE Consórcio Público Intermunicipal de Saúde Do Alto Paraopeba - Cisap CNPJ 02.401.218/0001-83							
ENDEREÇO AV. Prefeito Telésforo Cândido de Resende, 389 - A - Sala 203 - 2º Andar							
CIDADE UF CEP (31) 3763-5793 / (31) 3763-835					793 / (31) 3763-8351		
CONTA CORRENTE 54.654-2 - SETS-CISAP-	BANCO AGÊNCIA				RAÇA DE PAGAMENTO onselheiro Lafaiete		
NOME DO RESPONSÁVEL FRANCISCO NOGUEIRA REIS							
CI / ÓRGÃO EXPEDIDOR M-4.326.149 SSP/MG	CARGO FUNÇÃO Presidente President			_			
FNDEREÇO- CEP - 36.455-000							

2. OUTROS PARTÍCIPES						
NOME: CNPJ: 16.752.446/0001-02						
ENDEREÇO Pç. Presidente Juscelino Kubitschek, 135 – Centro - Congonhas	CEP.: 36.415.000					

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO							
TÍTULO DO PROJETO PERÍODO DE EXECUÇÃO							
ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE RATEIO	INÍCIO	TÉRMINO					
005-3/2014 - REMOÇÃO DE PACIENTES - UTI	Maio de 2014	31/12/2014					

4. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Acréscimo de valor ao contrato de rateio que objetiva o repasse de recursos financeiros do consorciado ao CISAP para manutenção das atividades de remoção de pacientes - UTI, realização de ações e serviços públicos em saúde em caráter complementar à população do município consorciado

5. COMPROMISSO DOS PARTÍCIPES

2.1 - DO MUNICÍPIO:

- 2.1.1 Dar ciência da assinatura do instrumento à Câmara Municipal.
- 2.1.2 Publicar no site do município o extrato do termo aditivo ao Contrato de Rateio no prazo previsto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.
- 2.1.3 Fazer o repasse até o 10º dia útil de cada mês, para cumprimento dos custos, após recebimento de relatório com o valor dos serviços prestados.

2.2 - DO CISAP:

- I Observar as normas previstas em seu protocolo de intenções/contrato de rateio.
- II Observar as normas financeiras previstas na Lei 4.320/64.
- III Observar as normas contidas na lei 8.666/93.
- IV Encaminhar mensalmente relatório dos servicos prestados por quilometragem rodada e procedimentos de remoção, para que seja providenciado o pagamento.
- V Encaminhar a prestação de contas e as informações necessárias para consolidação dos valores nas contas dos entes consorciados.
- VI Aplicar os valores repassados a título de rateio, em despesas de manutenção e custeio, de acordo com orçamento previamente aprovado por Assembleia Geral.



Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba

Fundado em 27/08/1997

Fundado em 27/08/1997

CNPJ. N°. 02.401.218/0001-83 - INSC. EST. ISENTO - Insc. Mun. N°024.230

CNPJ. N°. 02.401.218/0001-83 - INSC. EST. ISENTO - Insc. Mun. N°024.230

Av. Prefeito Telésforo Cândido de Rezende, 389 A - 203 - 2° Andar

Av. Prefeito Telésforo Cândido de Rezende, 389 A - 203 - 2° Andar

Conselheiro Lafaiete - Minas Gerais - CEP 36.400-000

email: cisap@viareal.com.br Tel/Fax (31) 3763-5796

			ESTIMATIV	A DE CUSTO
ME TA	ETA PA FAS	ESPECIFICAÇÃO	Mês	Ano (8 meses)
-			R\$50.000,00	R\$400.000,00
1	1.1	Outros serviços de terceiros - PJ		

7. PLANO DE APLICAÇÃO (PREENCHIDO PELA PREFEITURA)								
NATUREZA DA DESPESA	TOTAL EM 2014	MUNICÍPIO	CISAP					
Ficha 417 - 15.01.10.122.0002.0.052. / 337170 / Fonte: 02	R\$100.000,00 = Contrato de Rateio R\$400.000,00 = termo aditivo Valor total = R\$500.000,00	R\$100.000,00 = Contrato de Rateio R\$400.000,00 = termo aditivo Valor total = R\$500.000,00						

	8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - TERMO ADITIVO - R\$400.000,00											
ni.	unicípio de Congonhas										Dom	
Met	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
a												
1	-	-			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	O valor mensal não é fixo: será pago o valor dos serviços prestados											

9. APROVAÇÃO DO CONTROLADOR MUNICIPAL					
Plano de Trabalho apresentado pelo Cisap aprovado por estar de acordo com o art. 116 da lei federal N^{o} 8.666 DE 21/06/1993.					
Congonhas, maio de 2014					
Controlador Geral de Congonhas					

	10. MANIFESTAÇÃO DO MUNICÍPIO						
DEFERIMENTO Deferido							
	José de Freitas Cordeiro						
☐ Indeferido Congonhas, maio de 2014	Prefeito de Congonhas						



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHASNI CIDADE DOS PROFETAS

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A despesa referente a convênio a ser entre o Município de Congonhas e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP, será contabilizada em dotação orçamentária, cujo saldo será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2014, as quais estimamos um montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Estimamos também que o total de tal despesa comprometerá 0,12% (zero vírgula doze por cento) da receita prevista no exercício financeiro atual, e 0,13% (zero vírgula treze por cento) da despesa prevista neste exercício.

A referida despesa é objeto de dotação suficiente, prevista no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto quaisquer disposições da legislação, especificamente ao que determina o artº 16 da Lei Complementar 101/2000.

Concluímos, portanto, que a entidade disporá de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização desta despesa.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos quinze dias do mês de maio de 2014.

Antônio Odaque da Silva Secretário Municipal de Planejamento

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Declaro, para fins do cumprimento do Inciso II, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, que a convênio a ser entre o Município de Congonhas e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP, é compatível com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível

Declaro, ainda, com base na Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro que o aditivo tem a devida adequação para sua realização.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos quinze dias do mês de maio de 2014.

RAFAEL GEBALDO CORDEIRO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMPAS / W.C. CO

Congonhas, 30 de maio de 2014.

À

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJR

Ref:.: Projeto de Lei 062/2014 – autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio intermuniciapl de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP.

PARECER

Versa o projeto sobre autorização derepasse ao CISAP

A competência de iniciativa é do Executivo, sendo que o projeto foi por este proposto.

O projeto está em consonância com a legislação que rege a matéria, ou seja, a Lei 4.320/64.

A autorização legislativa nos casos de repasse a Consórcio Público assistencial, é obrigatória, ex vi da Lei de Responsabilidade fiscal que diz:

- "Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- § 1º O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.
- § 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital."

A proposta foi acompanhada de justificativa, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração da verificação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

O projeto é legal e constitucional.

Este é o nosso parecer, smj.

Adriano Melillo PROCURADOR DO LEGISLATIVO

	Comissão de Legislação Justiça e Redação Final
Ш	Comissão de Saúde e Assistência Social
	Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento



Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Congonhas, ... de ... de 2014.

Comissão de Legislação Justiça e Redação Final.

PROJETO DE LEI Nº 062/2014 – autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba – CISAP.

RELATÓRIO

Versa o presente projeto sobre repasse ao CISAP, cujo objetivo é a manutenção das atividades de remoção de pacientes — UTI Móvel, visando garantir melhores condições de deslocamento para realização de exames, consultas especializadas e demais atendimentos à saúde..

A competência de iniciativa é do Executivo, sendo por ele proposto.

O projeto está fundamentado e é legal e constitucional.

Somos favoráveis.

Relator

Rodolfo - Presidente

José Bernardes - Vice Presidente

Délcio Sebastião Carlos Afonso Eduardo Eládio -

CMC/mgrm



Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Congonhas,02 de junto de 2014.

Comissão de Saúde e Assistência Social.



PROJETO DE LEI Nº 062/2014 – autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba – CISAP.

RELATÓRIO

Versa o presente projeto sobre repasse ao CISAP, cujo objetivo é a manutenção das atividades de remoção de pacientes — UTI Móvel, visando garantir melhores condições de deslocamento para realização de exames, consultas especializadas e demais atendimentos à saúde..

Somos favoráveis à aprovação.

Marcos - Presidente

Júlio César - Vice-Presidente

Rodolfo
Conceição
José Bernardes -

CMC/mgrm



Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama MUNICI

Congonhas,02 de junto de 2014.

Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

PROJETO DE LEI Nº 062/2014 – autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba – CISAP.

RELATÓRIO

Versa o presente projeto sobre repasse ao CISAP.

O repasse atende às exigências dispostas no art. 26 da Lei Complementar 101 (LRF) e também à Lei 3.289, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014, na Seção VIII, arts. 29 e seguintes, trata da matéria relacionada às condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

A proposta está em consonância com a legislação que rege a matéria e foi acompanhada de justificativa, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração da verificação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Somos favoráveis à aprovação.

Eduardo - Presidente

Eládio - Vice-Presidente

Rodolfo
Sebastião
José Bernardes
Carlos Afonso -

CMC/mgrm

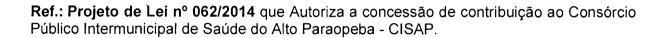


Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Câmara Municipal, 03 de junho de 2014.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Este é o nosso relatório.



REDAÇÃO FINAL

O projeto de lei nº 062/2014, de autoria do Executivo, após ter sido aprovado conclusivamente em Plenário, retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Após análise do projeto, verificamos que seu texto está de acordo com a técnica legislativa, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Rodolfo - Presidente

José Bernardes - Vice Presidente

Délcio - Relator

Sebastião
Carlos Afonso
Eduardo
Eládio -

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama MUNICIA

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. ADIVAR GERALDO BARBOSA Presidente da Mesa Diretora

Os Vereadores que o presente subscrevem, em conformidade com o art. 160, do Regimento Interno. ouvido o plenário, requer a V.Exa. a aplicação do regime de tramitação de Urgência Especial aos Projetos de Leis nº 026, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 061, 062/2014.

Nestes termos, Pede deferimento.

Câmara Municipal de Congonhas, 03 de junho de 2014.

Vereadores

APROVADO POR COMO DE CONO DE C

PRESIDENTE



Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 061/2014.

Autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP.

A Câmara Municipal, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição, no presente exercício, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba — CISAP, com base nas consignações orçamentárias da Administração Direta e Indireta.

Entidades	Finalidade	Valor
	Manutenção das atividades de remoção de pacientes – UTI.	R\$ 400.000,00

- **Art. 2º** A instituição somente terá direito ao benefício desta lei, se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.
- **Art. 3º** A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 05 de junho de 2014.

Adivar Geraldo Barbosa Presidente da Câmara

Vagner Luiz de Souza Vice-Presidente

Carlos Afonso Magalhães Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

LEI N° 3.403, DE 9 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza a concessão de contribuição ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição, no presente exercício, na importância de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba - CISAP, com base nas consignações orçamentárias da Administração Direta e Indireta.

ENTIDADE	FINALIDADE				T-7	
Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba — CISAP.	Manutenção das	atividades	de	remoção	de	R\$400.000,00

- Art. 2º A instituição somente terá direito ao beneficio desta Lei, se as condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal.
- Art. 3º A entidade beneficiada com recursos públicos estabelecidos nesta lei, submeterse-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 9 de junho de 2014.

JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO Prefeito de Congonhas

16 06 14

b 1